

Transferência de unção: discernimento bíblico-teológico e riscos de impressoalização do Espírito

*Jonas Euflausino da Silva*¹

Resumo

O presente artigo analisa o conceito de transferência de unção, recorrente no pentecostalismo e no movimento carismático. A investigação adota uma abordagem bibliográfica, exegética e teológico-comparativa. O percurso parte da análise lexical do vocabulário relacionado à unção, examina as principais passagens do Antigo e do Novo Testamento mobilizadas no debate e, por fim, confronta as inferências de autores que defendem a transferência de unção como prática eclesial aceitável com a pneumatologia bíblica.

Palavras-chave: transferência de unção, pneumatologia, teologia carismática.

Abstract

This article analyzes the concept of the transfer of anointing, which is recurrent in pentecostalism and in the charismatic movement. The investigation adopts a bibliographical, exegetical, and theological-comparative approach. The study begins with a lexical analysis of the vocabulary related to anointing, examines the main Old and New Testament passages mobilized in the debate, and finally confronts the inferences of authors who defend the transfer of anointing as an acceptable ecclesial practice with biblical pneumatology.

Keywords: transfer of anointing, pneumatology, charismatic theology.

¹Doutor e mestre em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Pós-graduado em Docência da Filosofia e da Sociologia pelo Instituto Salesiano de Filosofia (2012). Bacharel em Teologia pela Universidade Metodista de São Paulo (2010). Possui graduação no Curso de Formação de Oficiais pela Academia de Polícia Militar do Paudalho (1995). Bacharel livre em Teologia pelo Seminário Teológico Pentecostal do Nordeste (2003) e pós-graduado livre em Teologia Exegética pelo Seminário Presbiteriano do Norte. Professor e reitor do SETEC. lattes.cnpq.br/903285202977218.

Introdução

Antes de qualquer análise, é necessário definir o que se denomina "transferência de unção, entendida aqui como analogia teológica e não como mecanismo histórico ou quantitativo". A expressão tornou-se recorrente em diversos ambientes cristãos carismáticos para explicar experiências de renovação espiritual, fortalecimento ministerial, "ativação" de dons e continuidade de liderança, mediadas por um vetor — seja pessoas, palavras ou músicas.

O problema é que, com frequência, o termo funciona como um guarda-chuva que cobre realidades diferentes — e às vezes incompatíveis — tais como: comissionamento, imposição de mãos, autoridade eclesial, dons espirituais, presença do Espírito e até uma noção quase "física" de poder espiritual. No livro *A Transferência*, de Mark Shubert e Dan Duke, os autores apresentam o que seria a transferência de unção nos seguintes termos:

Eu (Dan) tenho estudado detalhadamente o princípio da transferência, e isso tem mudado a minha vida e revolucionado o meu ministério. Eu tenho visto - sem exageros - um aumento dez vezes maior de manifestações do Espírito Santo em minha equipe ministerial. E acredito que isso se deve a dois motivos: primeiro, eu comecei a estudar as escrituras para descobrir o poder disponível através da transferência. Segundo, eu recebi, por meio de uma experiência pessoal, uma transferência fresca em minha própria vida. (p. 12) (...) Esse mesmo princípio se aplica ao corpo de Cristo hoje. É fundamental perceber que a unção é controlável e pode ser transferida de um vaso para outro (Duke; Shubert, s.d., p. 14).

A linguagem empregada pelos autores é reveladora: a unção é descrita como um princípio operacional, mensurável em seus resultados, controlável em seu manejo e transferível por método. Nessa configuração discursiva, a unção não funciona como metáfora da ação graciosa de Deus, mas como uma energia em trânsito: objetivada, quantificável e administrável pelo ministro. É precisamente essa lógica que o presente artigo se propõe a examinar criticamente à luz da Escritura e da pneumatologia bíblica.

Um outro aspecto muito recorrente nos argumentos daqueles que defendem a compreensão da transferência de unção, é tratar o poder do Espírito Santo, não só mensurável, mas também, como algo que pode se esgotar pelo próprio uso, como pontua Hernane Santos:

O cansaço e o esgotamento nos fazem perder a unção, ainda que seja temporariamente. A unção é algo tão poderoso, mas tão poderoso, que quando estamos de posse de muita unção e a descarregamos logo em seguida a uma ministração, sentimo-nos fracos e cansados. Jesus teve essa sensação, ao dizer: "Quem me tocou? Porque de mim saiu unção". Provavelmente, ele sentiu um esgotamento físico assim que foi descarregada a unção de seu corpo. Todos passaremos por isso. Todos precisamos descarregar a unção e logo descansar e buscar mais e mais unção (Santos, 2020, p. 28).

A questão que orienta a investigação é dupla: existe base bíblica para esse modo de falar? E em que sentido, se houver, a expressão pode ser empregada sem comprometer a integridade da pneumatologia cristã? O percurso analítico percorrerá os textos veterotestamentários e neotestamentários frequentemente mobilizados para sustentar o conceito — desde os episódios de Moisés e os setenta anciãos, passando pela narrativa de Elias e Eliseu, pelos relatos de Atos dos Apóstolos, até as Epístolas Paulinas —, submetendo-os a uma leitura exegética e canônica rigorosa.

A tese que orienta a análise é a seguinte: embora a Escritura apresente Deus capacitando e enviando pessoas por meios concretos, como oração, imposição de mãos e comissionamento eclesial, ela não oferece fundamento para compreender a unção como força impessoal, quantificável e controlável. Essa concepção compromete a pessoalidade e a soberania do Espírito Santo e apresenta semelhança funcional, sem identidade histórica, com a noção antropológica de mana.

A investigação adota uma abordagem bibliográfica, exegética e teológico-comparativa. O percurso parte da análise lexical do vocabulário de unção, examina as principais passagens do Antigo

e do Novo Testamento mobilizadas no debate e, por fim, confronta as inferências contemporâneas com a pneumatologia bíblica e com a categoria antropológica de *mana*. Em cada etapa, distingue-se o que o texto afirma, as interpretações possíveis e as aplicações pastorais decorrentes.

O que está em jogo ultrapassa uma questão de vocabulário pastoral. Trata-se de discernir se a linguagem empregada preserva o Espírito Santo como sujeito divino e soberano ou se favorece sua compreensão como energia disponível mediante métodos. A resposta influencia tanto a linguagem da Igreja quanto sua espiritualidade e suas práticas ministeriais.

1 A terminologia: o que “unção” pode significar bíblicamente

Como a expressão se refere à “transferência de unção”, é fundamental analisar inicialmente o emprego do termo unção no contexto bíblico veterotestamentário. No hebraico bíblico, o verbo *māśaḥ* significa ‘ungir’, estando relacionado ao substantivo *māšīaḥ*, ‘ungido’, de onde procede segundo o dicionário Bíblico Lexham (2020) a designação “Messias”

Unção (*mashach*). As pessoas na Bíblia são frequentemente ungidas em reconhecimento ao chamado divino do Senhor em suas vidas; a unção era um reconhecimento físico de seu papel (ou cargo) particular, como rei, profeta ou sacerdote.

No Antigo Testamento, a unção era primariamente um rito de consagração. Reis e sacerdotes eram ungidos, e o gesto podia assinalar investidura, autoridade e reconhecimento público. Em determinados contextos, a unção aparece associada à capacitação do Espírito, mas esses conceitos não são equivalentes em todas as passagens. Além da dimensão oficial, o uso do óleo também podia acompanhar alegria, hospitalidade ou restauração, como observa Tavares (2016, p. 116). A formulação de Maia (2014, p. 232) sobre transferência do Espírito exige conferência no contexto da obra.

Já no Novo Testamento, o termo empregado para a unção é *chrisma* que de forma muito análoga estava associada de forma estrita aos objetos consagrados, como bem testifica o léxico de Strong: “*chrisma*: qualquer coisa untada, unguento, geralmente preparado pelos hebreus com ervas aromáticas e óleo. Unção era a cerimônia inaugural para os sacerdotes”(Strong).

Não obstante o aspecto semântico, no contexto Neotestamentário o significado expande-se. A unção torna-se uma imagem da efusão do Espírito Santo, com Jesus cumprindo a profecia de Isaías 61 como profeta-messias ungido com o Espírito de Deus (Tavares, 2016, p. 112). Crucialmente, essa unção não se limita ao Messias, mas estende-se universalmente a todos os crentes (Streett, 2018, p. 21). A unção frequentemente conectava-se à cura, com os discípulos ungindo os enfermos e Tiago instruindo os presbíteros da igreja a ungir os doentes com óleo para cura (Youngblood; Bruce; Harrison, 1995).

Diacronicamente, o conceito de unção assume novas configurações do Antigo para o Novo Testamento. Enquanto as narrativas veterotestamentárias a associam especialmente à consagração de indivíduos para funções determinadas, o Novo Testamento amplia a participação do povo de Deus na presença e na ação do Espírito. Essa ampliação não torna idênticos todos os usos de unção, Espírito e capacitação.

Ante o que a análise semântica e canônica nos revelou, o termo “unção” nas páginas sagradas orbita em torno de dois eixos principais, que se complementam sem se confundir.

O primeiro é o da consagração para um ofício, realizada frequentemente pelo derramamento de óleo sobre reis e sacerdotes, como em Êxodo 29 e 1 Samuel 16, um gesto público e comunitário que separava o ungido para uma função específica dentro do povo de Deus. O óleo, aqui, não era um elemento mágico em si mesmo, mas um sinal visível de uma realidade teológica mais profunda: a escolha e o reconhecimento divino.

O segundo eixo é o da capacitação para a missão. A unção aponta para Deus habilitando alguém a realizar aquilo que, fora dessa graça, não se sustentaria apenas pelo carisma natural, pela

competência técnica ou pelo prestígio institucional. É aqui que a unção adquire seu caráter mais efetivamente pneumatológico, ou seja, uma concessão divina de uma aptidão que transcende o meramente humano.

Desse modo, esses dois eixos, consagração e capacitação, funcionam, na maioria das narrativas bíblicas, de forma integrada: o ungido é, ao mesmo tempo, separado para uma função e equipado para cumpri-la. Dissociá-los é o primeiro passo para reduzir a unção a um fenômeno funcional, esvaziando sua dimensão relacional com o Deus que chama, envia e sustenta.

2 Antigo Testamento: continuidade ministerial

Ante o que acabamos de destacar, no Antigo Testamento os referidos eixos — consagração e capacitação — aparecem muitas vezes entrelaçados. Em virtude disso, gostaríamos de analisar alguns relatos do Antigo Testamento e lançar luz sobre a compreensão do que seria a “unção” em cada contexto específico.

2.1 Moisés e os setenta anciãos: partilha do Espírito para governança e unidade (Nm 11:16–30)

Um relato veterotestamentário essencial para o tema — e frequentemente usado por carismáticos como base para “transferência” — é o episódio em que Deus ordena que Moisés separe liderança em Israel mediante o chamado dos setenta anciãos (Nm 11:16–17, 24–30). A narrativa não descreve meramente o derramamento de óleo, apresenta, também, uma dinâmica igualmente pública e comunitária: convocação, reunião junto ao tabernáculo e ação divina. A leitura teologicamente atenta deve observar alguns pontos: não houve derramamento de óleo nem procedimento técnico conduzido por Moisés. A iniciativa, o lugar e o propósito pertencem ao Senhor, o que impede extrair do episódio um método humano de distribuição da unção.

O objetivo explícito da passagem é igualmente revelador: os anciãos são chamados para “levar contigo a carga do povo” (Nm 11:17). Ou seja, a ação do Espírito sobre eles tem uma finalidade funcional e comunitária — fortalecer a liderança para o serviço, e não produzir uma casta carismática destinada a ostentar poder espiritual.

Há ainda uma expressão que costuma alimentar equívocos: “tomarei do Espírito que está sobre ti”. Lida descuidadamente, ela sugere que Moisés seria uma espécie de reservatório e que Deus estaria repartindo esse poder em porções menores, como quem divide um patrimônio.

Essa leitura, porém, não encontra sustentação no contexto. O sentido mais coerente com a narrativa é qualitativo e participativo: o mesmo Espírito que habilitava Moisés para conduzir o povo passa a habilitar também os anciãos para a mesma missão — carregar junto o fardo da liderança. Não se trata de uma divisão quantitativa de substância espiritual, mas de uma expansão da capacitação divina sobre muitos, orientada para o governo e o serviço do povo.

O próprio episódio de Eldade e Medade (Nm 11:26–29) sela essa interpretação: o Espírito age fora do espaço previsto, sem mediação controlada, e Moisés não demonstra nenhum impulso de monopolizar ou regular o fenômeno. A reação do líder — marcada pela generosidade e pela ausência de ciúme institucional — confirma que o texto, longe de fornecer um protocolo de “transferência”, preserva com vigor a liberdade soberana do Espírito de agir onde e como bem entende.

2.2 Moisés e Josué: imposição de mãos como sinal externo de comissionamento e confirmação (Nm 27:18–23; Dt 34:9)

As passagens de Números 27 e Deuteronômio 34 narram a transição de liderança em Israel por meio de um rito inequivocamente público: Moisés impõe as mãos sobre Josué e, a partir desse gesto, Josué é reconhecido como líder apto diante de toda a congregação, sendo descrito como “cheio do espírito de sabedoria” (Dt 34:9).

A imposição de mãos não deve ser compreendida como passagem de uma substância espiritual de Moisés para Josué. O gesto torna pública a escolha divina, confirma a autoridade do novo líder diante da comunidade e insere a sucessão no âmbito da obediência à ordem de Deus.

A passagem reúne comissionamento, reconhecimento comunitário e capacitação. A investidura ocorre publicamente e estabelece continuidade entre as lideranças. Além disso, Números já apresenta Josué como homem “em quem há o Espírito” (Nm 27:18), de modo que o rito se apoia numa iniciativa divina anterior.

O gesto de Moisés ratifica a eleição e a capacitação divinas. Sua eficácia pertence ao contexto do comissionamento ordenado por Deus e não oferece base para um procedimento humano de transmissão controlável.

2.3 Elias e Eliseu: o “manto” como sinal, não como mecanismo (2 Rs 2:9–15)

Alguns carismáticos asseveram que o relato de 2 Reis 2 é paradigma de “transferência de unção”. Na passagem, Eliseu pede a Elias “porção dobrada”, linguagem de sucessão e herança profética, não medida quantitativa de poder do seu espírito e, após a partida do profeta, toma o manto do seu antecessor e prossegue no ministério com sinais evidentes.

A leitura da perícopes requer atenção ao caráter do pedido, à cláusula condicional apresentada por Elias e à função narrativa do manto. Tendo em vista que o pedido de Eliseu possui caráter relacional e vocacional. A provável relação com a porção do primogênito em Deuteronômio 21:17 favorece a leitura de sucessão ou herança profética, embora também se possa reconhecer um pedido de capacitação correspondente à missão recebida. O texto não define essa porção como medida objetiva de poder espiritual.

A cláusula “se me vires partir” (2 Rs 2:10) mantém a concessão no âmbito da decisão divina. A condição enfraquece qualquer tentativa de converter o episódio em rito reproduzível.

O manto funciona como sinal reconhecível de continuidade ministerial. Ele participa da confirmação pública de Eliseu, porém a narrativa não lhe atribui poder autônomo nem estabelece um procedimento que possa ser repetido para produzir o mesmo resultado.

3 Novo Testamento: imposição de mãos e a liberdade soberana do Espírito

No Novo Testamento, a linguagem da unção é essencialmente cristológica: Jesus é o Ungido por excelência e, por isso, a “unção” não é uma qualidade autônoma de líderes carismáticos, mas um modo de falar da ação do Espírito em conformidade com a missão de Cristo.

A compreensão contemporânea tende a tratar a “unção” como se fosse uma substância: algo que uma pessoa “tem em grande quantidade”, que “transborda”, que “gruda”, que “passa” por contato e que pode ser “ativado” por um procedimento. Quando isso ocorre, a frase “transferência de unção” deixa de ser um atalho pedagógico e passa a funcionar como uma metafísica alternativa e extracanônica. Para uma melhor compreensão, vamos analisar algumas passagens-chave.

3.1 A mulher do fluxo de sangue: toque, fé e o perigo de transformar Cristo em “mecanismo” (Mc 5:25–34; Lc 8:43–48; Mt 9:20–22)

No debate sobre “transferência de unção”, o episódio da mulher com fluxo de sangue é frequentemente apresentado como “prova” de que existe um princípio de transferência por contato: muitos tocaram em Jesus e nada aconteceu; ela tocou e recebeu.

Dan Duke e Mark Shubert, por exemplo, afirmam ao comentar a passagem em questão, fazem-no nos seguintes termos: “a mulher teria tocado algo mais profundo” enquanto a multidão

seria meramente espectadora religiosa (p. 23).”

A perícopes, contudo, quando lida com a questão, sustenta uma conclusão mais qualificada: ela revela a centralidade de Cristo, a realidade da fé e a pessoalidade do encontro, e não um método de “extração de unção” por mero contato físico, o que enseja em uma compreensão totalmente distorcida e limitadora da história narrada pelos evangelistas.

Os Evangelhos descrevem um evento objetivamente sobrenatural: a mulher é curada e Jesus percebe que “dele saiu poder” (linguagem estabelecida em Marcos e Lucas). Assim, há uma realidade carismática, e não mera psicologia religiosa. Todavia, a própria narrativa impede a leitura de que o poder seja uma espécie de “corrente impessoal” disponível a quem tocar corretamente: Jesus não é retratado como meio passivo para se obter algo, mas como o Senhor vivo que age e interpreta o que ocorreu. O milagre não é deixado no anonimato; Jesus interrompe o caminho, expõe o evento, traz a mulher à luz e a restaura publicamente. Isso desloca o foco do “procedimento” para a relação. O efeito milagrosos abre e antecipa um desfecho relacional de fé, verdade e reintegração.

Não obstante os defensores da “transferência de unção” interpretem o relato como exemplo de instrumentalidade do contato físico: “Jesus teve essa sensação, ao dizer: ‘Quem me tocou? Porque de mim saiu unção’. Provavelmente, ele sentiu um esgotamento físico assim que foi descarregada a unção de seu corpo” (Santos, 2020, p. 28). O texto Bíblico, porém, contrasta a pressão da multidão com a aproximação confiante da mulher, sem classificar um dos toques como técnica espiritual especial.

Uma leitura mais atenta do texto, implicaria em compreender que a narrativa distingue o contato da multidão da aproximação específica da mulher, cuja fé é explicitamente reconhecida por Jesus. O texto, portanto, sustenta fé viva e cristocentrismo, mas não estabelece uma “doutrina de transferência” como mecanismo replicável.

O episódio da mulher do fluxo de sangue reforça que a ação de Deus no NT é cristológica e pessoal: o poder que cura não é uma substância autônoma que circula no ambiente; é a atuação do Deus vivo em Cristo, respondida por fé real. Assim, o texto corrige leituras que transformam “transferência” em “mecânica do sagrado”, sem negar que a fé e o encontro com Jesus são, de fato, decisivos.

3.2 Atos dos Apóstolos: imposição de mãos como linguagem simbólica (At 8:14-17; At 19:6)

O livro de Atos registra situações em que a imposição de mãos acompanha experiências relacionadas ao Espírito Santo. Em Samaria (At 8), os apóstolos oram e impõem as mãos, e o texto associa esse gesto ao recebimento do Espírito naquele contexto específico. Em Éfeso (At 19), Paulo impõe as mãos e surgem manifestações carismáticas entre os discípulos. O que esses relatos evidenciam é que a Igreja apostólica não demonstrava qualquer resistência à materialidade do gesto, nem ao caráter público do comissionamento. O Espírito age também em contextos concretos e comunitários, valendo-se de sinais reconhecíveis pela comunidade de fé.

Ainda assim, o mesmo livro de Atos inclui um contrapeso teológico decisivo, que não pode ser ignorado por uma leitura honesta da narrativa lucana. Em Cesareia (At 10: 44-48), o Espírito cai sobre os ouvintes enquanto Pedro ainda discursa. Não há imposição de mãos, não há sequência litúrgica prévia, não há protocolo ministerial como condição. O efeito dessa narrativa é deliberadamente teológico: Lucas impede que o leitor transforme os episódios anteriores em fórmula reproduzível. O Espírito é livre e soberano. O gesto eclesial pode ser mediação legítima, mas jamais se converte em grade que aprisiona Deus ou em mecanismo que restringe o seu agir.

3.3 Simão o Mágico: quando o “Dom” vira mercadoria (At 8:18-23)

O episódio de Simão, o mago, oferece um contraponto à comercialização da experiência espiritual. Sua tentativa de comprar a capacidade associada à imposição de mãos permite avaliar criticamente eventos contemporâneos que prometem transmitir unção mediante pagamento, expec-

tativa previamente dirigida ou protocolo ritual.

Na passagem, destaca-se que Simão observa que, pela imposição de mãos, uma realidade espiritual se manifesta e tenta comprar a capacidade de "conferir" o Espírito. O que chama atenção no relato não é apenas a ganância de Simão, mas a lógica que a sustenta: sua atitude revela uma compreensão do poder espiritual como algo que poderia ser adquirido e colocado sob controle humano.

A aproximação com práticas contemporâneas deve ser feita com cautela. O paralelo se torna pertinente quando o ministro é apresentado como detentor da unção, o participante como receptor passivo e o gesto como garantia de uma experiência específica.

A reação apostólica não é apenas moral ("não seja ganancioso"), mas teológica, ou seja, afirmando que o dom do Espírito não é mercadoria. Aqui se revela a fronteira: quando a "transferência de unção" comunica a ideia de controle (eu aciono, eu libero, eu distribuo) e, também, uma lógica mercadológica (eu compro, eu adquiro o ingresso), lógica veementemente combatida pelos apóstolos e reprovada pelo próprio Deus.

3.4 Carta aos Romanos

Em Romanos 1:11, Paulo manifesta o desejo de visitar a comunidade em Roma com uma finalidade precisa: "repartir algum dom espiritual, a fim de fortalecê-los". O versículo tem sido mobilizado com frequência por defensores da "transferência de unção" para sustentar a ideia de que o apóstolo "carregava" algo tangível e que os romanos necessitariam "extrair" esse algo por expectativa e proximidade. Uma leitura exegética mais cuidadosa, porém, aponta em outra direção.

O verbo grego empregado por Paulo é *metadô*, cujo campo semântico inclui comunicar, repartir e conceder. Trata-se de uma palavra de largo espectro: o mesmo verbo pode descrever o compartilhamento de bens materiais (Lc 3: 11; Ef 4: 28) ou a transmissão de benefícios espirituais no contexto do ministério. Nenhum desses usos autoriza a conclusão de que Paulo estaria "passando" uma entidade espiritual como se fosse um fluido de um recipiente para outro.

A expressão "algum dom espiritual" (*charisma pneumatikon*) é deliberadamente ampla. O apóstolo Paulo não especifica qual dom tem em mente. Ele expressa disposição ministerial, não promessa de um fenômeno determinado. Quando diz "algum", está falando com a amplitude de quem reconhece que o dom, em última instância, é prerrogativa do Espírito, não posse sua.

A sequência imediata do texto é decisiva. Em Rm 1:12, Paulo corrige e complementa o que acabou de dizer: "para que eu e vós sejamos mutuamente consolados pela fé uns dos outros". A lógica aqui estabelecida é de uma edificação recíproca no interior do corpo de Cristo. O que Paulo antecipa é um encontro, não uma operação unidirecional de transferência.

Romanos 1:11–12 descreve o ministério como ocasião de fortalecimento e edificação mútua. A passagem reconhece a contribuição apostólica de Paulo e, ao mesmo tempo, situa essa contribuição no encontro da comunidade, sob a ação graciosa de Deus. O texto, portanto, não fornece base suficiente para uma teoria de substância espiritual administrada pelo ministro.

3.5 As Pastorais: dom e imposição de mãos (1 Tm 4:14; 2 Tm 1:6)

Em 1Timóteo 4: 14, o dom é mencionado em associação com profecia e com a imposição de mãos do presbitério; em 2Timóteo 1: 6, Paulo exorta Timóteo a reavivar o dom recebido por meio da imposição de suas mãos. À luz dessas passagens, a imposição de mãos deve ser compreendida não somente como um mecanismo de transferência de substância pneumática controlável e sim, como um ato eclesial visível — analogicamente "sacramental" — no qual a Igreja, por discernimento e oração, comissiona e reconhece a ação de Deus que concede e confirma graça para o ministério.

O próprio imperativo de "reavivar" é um sinal teológico decisivo: ele revela que o carisma não opera por automatismo. O dom não é um depósito estático garantido pelo rito; antes, requer cultivo contínuo, fidelidade e exercício responsável. Essa exigência preserva simultaneamente a soberania do Espírito — que não está preso ao gesto eclesial como se dele dependesse — e a natureza

graciosa do carisma, que não pode ser reduzida a uma conquista técnica ou a um efeito mecânico de procedimento litúrgico.

As Pastorais relacionam a concessão ou confirmação do dom ao contexto de profecia, oração, imposição de mãos e reconhecimento comunitário. Também atribuem a Timóteo responsabilidade pelo exercício do que recebeu. Essa combinação impede tanto a redução do rito a formalidade vazia quanto sua transformação em causa automática do carisma.

3.6 A distinção entre *charismata* e *dōrea* na literatura paulina

É primordial que ressaltemos que uma das lacunas teóricas mais relevantes no debate sobre "transferência de unção" é a ausência de distinção entre os dois termos que Paulo emprega para falar de dons espirituais: *charismata* e *dōrea*. Essa distinção, sutil e aparentemente técnica, é relevante, pois carrega implicações pneumatológicas decisivas.

O substantivo *dōrea* pertence ao campo semântico de dádiva ou dom. Em Atos 2:38, a expressão "dom do Espírito Santo" identifica o Espírito como dádiva concedida por Deus. Portanto, *dōrea* não admite mediação humana no ato de doar, mas isso não significa ausência total de variação na experiência ou intensidade percebida do dom recebido.

Quando Pedro, em Atos 2: 38, promete o "dom do Espírito Santo", ele não está descrevendo uma experiência carismática específica, mas o próprio Espírito como presença divina concedida.

A confusão entre *dōrea* e *charismata* é o equívoco teológico de base que sustenta a linguagem de "transferência de unção" em sua versão mais equivocada. Quando um ministro afirma que "carrega unção" e pode "passá-la" a outros por imposição de mãos, contato ou ambiente, ele está, implicitamente, tratando o Espírito Santo — que é *dōrea*, dom indivisível e soberano de Deus — como se fosse um *charisma* portátil, uma expressão funcional da graça que um indivíduo acumula, concentra e distribui. O erro não é falar de dons; é fundir as duas categorias numa só, transformando o sujeito doador — Deus — em objeto doado, e o ministro em seu administrador. A distinção paulina entre os dois termos pode contribuir para evitar uma compreensão do Espírito e dos dons segundo uma lógica de poder impessoal, ou seja, potência sagrada impessoal em circulação, acumulável por especialistas e transmissível por rito.

Já o termo *charismata*, por sua vez — central em Romanos 12: 6–8 e em toda a seção de 1 Coríntios 12–14 — aponta para as expressões concretas, plurais e funcionais da graça de Deus na vida da comunidade: profecia, cura, línguas, ensino, administração, entre outros. O que une todos esses *charismata* não é uma substância comum que circula de pessoa para pessoa, mas a soberania do mesmo Espírito que os distribui livremente a cada membro do corpo, "como quer" (1 Co 12:11). Como bem observa Gordon Fee, os carismas não são propriedades acumuladas pelo crente individualmente, mas manifestações da graça soberana do Espírito para o benefício de toda a comunidade (Fee, 1994, p. 161) — o que significa que o dom não pertence a quem o recebe, mas serve ao Corpo de Cristo.

Por isso, essa distinção tem implicações diretas para o debate. Quando se fala em "transferência de unção", frequentemente se mistura o que é *dōrea* — o Espírito como dom integral, que nenhum ministro pode "passar" a outro — com o que são *charismata* — expressões funcionais da graça, que Deus pode confirmar e despertar em contextos eclesiais de oração e imposição de mãos, mas sempre como ato soberano seu, como bem assevera Sam Storms:

A concessão de dons Espirituais a um homem ou a uma mulher crente está sempre subordinada à vontade soberana do Espírito Santo. Quaisquer que sejam os dons que você receba, ou quando possam ser dados, eles sempre são determinados pelo Espírito Santo, e não por você (Storms, 2024, p. 72).

A confusão entre as duas categorias é precisamente o que permite que certas práticas carismáticas operem como se um ministro fosse "portador" do Espírito, ou dom, que nesse caso seria *dōrea*, e pudesse distribuí-lo por técnica ou por mérito relacional.

É importante destacar que os *charismata* devem ser compreendidos no contexto da *dōrea*, isto é, da dádiva do Espírito Santo. É o próprio Espírito, presente e atuante na vida dos crentes, quem

distribui os dons “como quer” (1Co 12:11). Desse modo, a manifestação autêntica dos charismata não pode ser dissociada da ação soberana e pessoal do Espírito Santo, que concede os dons para a edificação do corpo de Cristo.

3.7 A natureza do *pneuma* em Paulo

A segunda questão teórica fundamental na teologia paulina é a natureza do *pneuma* — o Espírito. Esse debate tem longa discussão na exegese e na teologia bíblica do Novo Testamento, e sua resolução é determinante para avaliar a legitimidade da linguagem de “transferência”.

Uma leitura apressada de certas passagens paulinas poderia sugerir que o Espírito funciona como uma força ou energia que age sobre as pessoas, semelhante a uma potência impessoal. Afinal, Paulo fala do Espírito como algo que “enche” (Ef 5:18), que “desce sobre” pessoas (At 19:6), que é “derramado” (Rm 5:5). Essa linguagem dinâmica e aparentemente espacial parece fomentar, involuntariamente, a intuição de uma força transmissível.

Essa linguagem dinâmica é metafórica e descreve a atuação poderosa de Deus. Ela não determina, por si só, que o Espírito seja uma força ou um fluido; sua interpretação deve considerar o conjunto do testemunho bíblico.

O próprio cânon oferece o critério de discernimento: o mesmo Espírito descrito com linguagem de força e movimento é também aquele que intercede pelos crentes com gemidos inexprimíveis (Rm 8:26–27), testemunha com o nosso espírito que somos filhos de Deus (Rm 8:16), distribui os dons como quer (1 Co 12:11), pode ser contristado (Ef 4:30) e pode ser resistido (At 7:51). Esse conjunto de atribuições — interceder, testemunhar, querer, ser contristado, ser resistido — é estruturalmente incompatível com a categoria de força impessoal: forças não intercedem, não testemunham e não são contristadas. Apenas uma pessoa o é.

Nessa perspectiva, o Espírito não é, em Paulo, “algo que se tem” como propriedade acumulável, mas alguém com quem se vive em relação. A expressão “andar no Espírito” (Gl 5: 16, 25) não descreve a utilização de uma energia religiosa disponível por técnica ou método, mas uma orientação existencial e comunitária moldada pela presença pessoal do Espírito.

4 O risco da “unção” como força impessoal: diálogo crítico com a noção de mana

A ideia de uma potência sagrada impessoal — transmissível por contato, mensurável em graus e manipulável por agentes rituais — não é uma categoria cristã, mas uma estrutura recorrente em diversas tradições religiosas não bíblicas. Émile Durkheim, em *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1989), e Marcel Mauss, em *Esboço de uma Teoria Geral da Magia* (2003), descrevem esse fenômeno sob a categoria de mana, em paralelo funcional e não como identidade histórica: uma força que circula entre pessoas e objetos, acumulável por especialistas e ativável por procedimentos rituais. Quando a linguagem de “transferência de unção” opera sob essa lógica — tratando o Espírito como substância em trânsito, o ministro como seu portador privilegiado e o gesto como seu gatilho —, ela deixa de descrever a pneumatologia bíblica e passa a reproduzir, sob vocabulário cristão, uma estrutura religiosa que a revelação canônica não autoriza.

4.1 O paralelo funcional

O paralelo funcional se torna pertinente quando a linguagem da unção desloca a atenção do Espírito para uma potência autônoma, descreve graus mensuráveis de presença divina, atribui eficácia própria ao contato com pessoas ou objetos e apresenta métodos capazes de assegurar resultados. Esses elementos não precisam ocorrer simultaneamente, e sua identificação exige análise de cada discurso ou prática.

Nessas situações, a comparação com a noção antropológica de potência sagrada impessoal pode esclarecer a estrutura do discurso. Trata-se de semelhança funcional limitada, não de identidade histórica ou ontológica entre as tradições comparadas.

4.2 A ruptura cristã: o Espírito é sujeito pessoal e soberano

A pneumatologia bíblica orienta a discussão para a ação de Deus na edificação da Igreja. O Espírito distribui os dons segundo sua vontade (1 Co 12:11) e os ordena ao serviço comunitário e ao amor (1 Co 12–14). Essa perspectiva oferece o critério para avaliar métodos e práticas sem negar a legitimidade da oração, da imposição de mãos e do comissionamento.

Os meios concretos da vida eclesial possuem valor bíblico quando permanecem subordinados à iniciativa de Deus. O problema surge quando se lhes atribui eficácia independente ou previsível, como se a presença divina pudesse ser produzida sob demanda.

Considerações finais

A investigação indica que “transferência de unção” não constitui categoria doutrinária autônoma nas passagens examinadas. Os textos bíblicos reconhecem oração, imposição de mãos, comissionamento e continuidade ministerial, sempre no horizonte da iniciativa divina e da edificação comunitária.

A crítica proposta dirige-se às formulações que descrevem a unção como realidade quantificável, acumulável ou controlável. Essa objeção não implica negar os dons espirituais nem a atuação sobrenatural do Espírito. Ela procura preservar a distinção entre mediação eclesial e domínio humano sobre a graça.

A imposição de mãos e outras mediações eclesiais permanecem legítimas. Elas podem acompanhar o reconhecimento de vocações, a confirmação de dons e a oração por capacitação, sem que sua eficácia seja explicada como transmissão automática de uma substância espiritual.

A expressão pode ser usada, com cautela, para descrever continuidade ministerial ou confirmação eclesial. Torna-se inadequada quando sustenta promessas mercantilizadas, hierarquias baseadas em supostos níveis de poder ou práticas que atribuem ao ministro controle sobre a ação do Espírito.

Uma pneumatologia carismática responsável pode afirmar simultaneamente a atualidade dos dons, a realidade da ação sobrenatural de Deus e a liberdade soberana do Espírito. Esse equilíbrio permite valorizar a experiência eclesial sem convertê-la em mecanismo religioso.

Referências

- BARRY, John D. *et al.* **Dicionário Bíblico Lexham**. Washington: Lexham Press, 2020.
- DUKE, Dan; SHUBERT, Mark. **A Transferência**. São Paulo: Themelios. E-book. Kindle.
- DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa (o sistema totêmico na Austrália)**. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- FEE, Gordon D. **God's Empowering Presence: The Holy Spirit in the Letters of Paul**. Peabody: Hendrickson, 1994.
- MAIA, Hermisten. **Creio: No Pai, no Filho e no Espírito Santo**. São José dos Campos: Fiel, 2014. Organização de Tiago J. Santos Filho.

MAUSS, Marcel. Esboço de Uma Teoria Geral da Magia. *In*: SOCIOLOGIA e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 185–294.

SANTOS, Hernane. **Transferência de unção**. Curitiba: Editora V.E.M. – Visão de Evangelismo Mundial, 2020.

STORMS, Sam. **Entendendo os dons Espirituais: Um Guia Prático**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2024.

STREETT, Daniel R. Anointing. *In*: HOUSE, H. Wayne (ed.). **The Evangelical Dictionary of World Religions**. Grand Rapids: Baker Books, 2018.

STRONG, James. **Léxico Hebraico, Aramaico e Grego de Strong**. [S. l.: s. n.].

TAVARES, Almir Marcolino. **Nada Me Faltará: Desfrutando das Bênçãos do Salmo 23**. Eusébio: Peregrino, 2016. Organização de Humberto Duarte de Medeiros.

YOUNGBLOOD, Ronald F.; BRUCE, F. F.; HARRISON, R. K. (ed.). **Nelson's New Illustrated Bible Dictionary**. Nashville: Thomas Nelson, 1995.